



DO MANUSCRITO AO LIVRO IMPRESSO I

António Manuel Lopes Andrade

Maria Cristina Carrington (Coords.)

Aveiro | Coimbra | 2019

UA Editora – Universidade de Aveiro

Imprensa da Universidade de Coimbra

**AS PROBLEMÁTICAS DO LIVRO MÉDICO
EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XVI E XVII.
COM A BIBLIOGRAFIA DAS OBRAS MÉDICAS
IMPRESSAS EM PORTUGAL (1496-1598)**

**THE PROBLEMATICS OF MEDICAL BOOK IN
SIXTEENTH AND SEVENTEENTH CENTURIES
PORTUGAL. WITH A BIBLIOGRAPHY OF THE
WORKS PRINTED BETWEEN 1496 AND 1598**

*Hervé Baudry*¹

Resumo: Este estudo trata do livro médico em Portugal nos séculos XV a XVII na perspetiva, por um lado, de um inventário bibliográfico, atualizando nomeadamente a bibliografia das obras de medicina impressas em Portugal até ao fim do século XVI, e, por outro lado, da problematização dos textos impressos relativamente aos conteúdos e usos. Providencia novos dados sobre a produção nacional assim como sobre os principais aspetos do mercado, importação e exportação. Tratando-se do controlo dos textos médicos, o estudo debruça-se sobre a questão da microcensura, ou censura de

¹ CHAM, FCSH, Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores: hbaudry@fcsh.unl.pt.

expurgação, analisando em particular as instruções dadas pelos censores portugueses nos Índices locais.

Palavras-chave: Medicina; Livro; Portugal; Primeira Modernidade; Censura

Abstract: This study deals with the Portuguese medical book from the fifteenth to the seventeenth centuries in the perspective of, on the one side, a bibliographical inventory, updating the bibliography of works printed in Portugal until the end of the sixteenth century, and, on the other, the problematics of the contents and uses of printed books. It provides new elements on the internal production as well as on the main aspects of the market, import and export. Regarding the control of medical texts, it questions microcensorship, or censorship of expurgation, analysing in particular the instructions given by the Portuguese censors in the local Indexes.

Keywords: Medicine; Book; Portugal; Early Modern Period; Censorship

A história global do livro impresso desde a sua “aparicação²” está a ser escrita e, às vezes, reescrita conforme as informações novas que vêm sendo divulgadas. Por ser também um problema de estatísticas, a história desse meio industrial de produção deu grandes passos em frente com a universalização dos instrumentos digitais, em particular a catalogação cada vez maior dos fundos existentes. No que toca à Península Ibérica, o vasto empreendimento bibliográfico de *Iberian Books* permitiu retificar os dados de uma maneira surpreendente, tanto ao nível da quantificação da atividade da imprensa, como ao dos mais variados aspetos qualitativos, uma vez que uma percentagem muito significativa de obras e impressões até agora nunca catalogadas enriquecem o património dos países em causa³. Teve como consequência ajudar a precisar o campo de questões tão delicadas como a das obras perdidas, das prioridades temáticas e das políticas editoriais adotadas pelos agentes dessa indústria, sejam eles do lado da produção e da difusão ou do controlo. A circulação de um livro resulta pois de uma série de prioridades e interesses que, quanto melhor avaliamos a produção, mais bem definidos ficam. O mercado do livro desenvolve-se dentro de fluxos que não são exclusivamente financeiros ou técnicos. Tudo começa pela criação de uma escrita, geralmente da autoria de um indivíduo de sexo masculino, quando não obra coletiva, e acaba nas mãos de um leitor ou nos ouvidos de um ou vários ouvintes. A história do livro necessita assim que se tome em conta aspetos variados que não se limitam a um mero inventário que se reduz a fichas des-

² Lucien FEBVRE, Henri-Jean MARTIN, *L'apparition du livre*. Paris, Albin Michel, 1971.

³ Ver Alexander S. WILKINSON, *Iberian Books: Books Published in Spanish or Portuguese or on the Iberian Peninsula Before 1601*. Leiden, Brill, 2010, pp. vii-xi. Catálogos em linha: *Iberian Books* <<http://iberian.ucd.ie>>; *Universal Short Title Catalogue* (USTC) <<http://www.ustc.ac.uk>>.

critivas. O objeto livro insere-se numa cadeia, a cadeia editorial, que vai da sua conceção na mente de alguém até ao seu repouso nas estantes de uma das nossas bibliotecas. É esse traçado global, em termos diacrónicos, que o presente estudo considera como o enquadramento da questão do livro. Qualitativamente falando, debruça-se sobre um dos campos mais ou menos estável em termos definicionais para a época considerada, como o do direito ou da teologia, embora a qualificação de muitas obras implique uma operação delicada, como por exemplo no caso de obras ditas de “física”, frequentemente híbridas, com partes que o nosso sistema de classificação atribuiria a campos não especificamente médicos, como a astrologia, a alquimia, as ciências naturais em geral ou a filosofia. Um dos êxitos da imprensa seiscentista ibérica foi o tratado do espanhol Jerónimo Cortés, *El curioso de varios secretos de naturaleza, y phisionomia natural*⁴, que só em parte pode ser considerado como de medicina. Também se deve lembrar aqui o sucesso considerável dos almanaques cada vez mais elaborados, impressos sob o título *Reportorio dos tempos* (em castelhano *Reportorio de los tiempos*), com os nomes dos espanhóis Andrés de Li e Jerónimo de Chaves (a sua *Chronographia* é editada de 1548 até 1602-1603 – duas edições lisboetas), do português André de Avelar e do alemão Valentim Fernandes. Em numerosas edições, o quarto livro contempla a medicina astrológica.

Estas considerações preliminares levam, portanto, a analisar sucessivamente os aspetos seguintes: 1) a extensão do campo bibliográfico (produção, importação, exportação); 2) as temáticas; 3) a censura inquisitorial.

⁴ Valença, 1597; Lisboa, 1604, etc.; ver *Bibliografia Médica Lusa. Século XVII* (doravante abreviado em *BML*), n.º 6, in Hervé BAUDRY, *Livro Médico e Censura na Primeira Modernidade em Portugal*. Lisboa, CHAM Publicações, 2017.

1. Descrição do campo bibliográfico

No caso dos livros ditos médicos, isto é, cujo conteúdo se destina em primeiro lugar a usos relacionados com os problemas do corpo humano, a catalogação e exploração sistemáticas dos fundos já permitiu aumentar significativamente os itens em relação às bibliografias de referência (Joaquim Anselmo para o século XVI⁵, João Arouca para o século XVII)⁶. Quando se fala em livro médico português, há que ter em conta, além do carácter híbrido de alguns tratados cuja presença numa bibliografia especializada pode parecer discutível, a ausência de catálogos. Os dados aqui expostos resultam de uma seleção feita a partir dos catálogos gerais assinalados, assim como dos instrumentos de pesquisa bibliográfica habituais. Desde o fim dos anos 1980, os historiadores da medicina em Espanha dispõem de uma base sólida, também alvo de enriquecimentos importantes⁷. Os trabalhos desenvolvidos por cá nos dez últimos anos permitiram recuperar o atraso, a fim de prosseguir as muitas investigações ainda por fazer nesse campo.

1.1. Os séculos XV (incunábulo) e XVI

1.1.1. A produção local

O primeiro impresso médico português deu-se em 1496. Trata-se da tradução pelo Frei Luís de Rás do tratado latim contra a pestilência

⁵ Joaquim ANSELMO, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926.

⁶ João AROUCA, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVII*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001-2011, 4 vols.

⁷ José M. LÓPEZ PIÑERO *et alii*, *Bibliographia Medica Hispanica, 1475-1950*. Vol. I, 1475-1600, Valencia, Universidad de Valencia, 1987; Vol. II, 1601-1700, Valencia, Universidad de Valencia, 1989.

de Johannes Jacobi, ou Johann Jacme (1384), o *Regimento proveytoso contra ha pestenença*⁸. Segundo Artur Anselmo, essa impressão pelo tipógrafo lisboeta “comprova o carácter utilitarista e o sentido de oportunidade comercial dos seus trabalhos por conta própria”⁹. Veremos quanto contou esta tendência “utilitarista” na edição portuguesa.

Para o século que inaugura a história do livro médico impresso em Portugal (1496-1598), temos um total de 22 itens, dos quais três incunábulo. A bibliografia de Joaquim Anselmo cataloga 13 itens, portanto o acréscimo de nove novos reflete um aumento de 70%.

Quanto ao século XVII, o número total de itens impressos (livros e folhetos) é de 99¹⁰. Convém observar a situação espanhola: para o período de 1475-1600 são pelo menos 422 itens¹¹ e de 1601 a 1700, 728, o que corresponde no século XVII, em comparação com o período anterior, a um aumento de 72%, ou seja, cinco vezes menos do que em Portugal (de 22 para 99, ou seja, um acréscimo de 350%). A assimetria entre os dois países deve-se a vários fatores internos e externos, em particular ao abrandamento da produção seiscentista espanhola¹² e a aceleração da produção portuguesa reflete uma relativa recuperação face à escassa produção nos séculos XV e XVI¹³.

⁸ Reed. Lisboa, s.n., 1961; Porto, Civilização, 1962: edição fac-similada de uma impressão não localizada (Lisboa, Valentim Fernandes, 1500). Sobre os incunábulo em espanhol, ver Marinalva FREIRE DA SILVA, *Edición Crítica Del Régimento Proveytoso contra ha pestença (¿1496- 1500?)*. Universidad Complutense de Madrid, 2002; em linha <eprints.ucm.es/4313/1/T17068.pdf>.

⁹ Artur ANSELMO, *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, p. 309.

¹⁰ *BML*, n.º 1-99; fantasmas bibliográficos: 100-107.

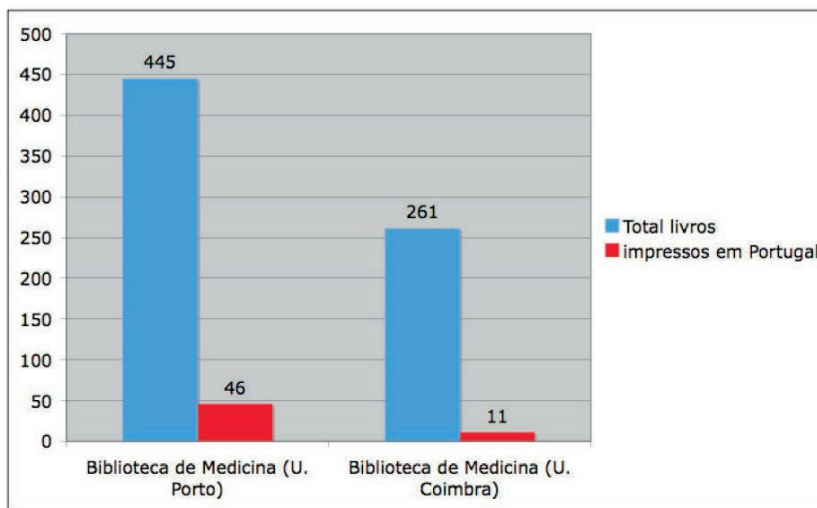
¹¹ Total de 637 menos as obras impressas fora de Espanha (215).

¹² Sobre o declínio e a estagnação do mercado do livro espanhol na primeira modernidade, ver Eltjo BURINGH, Jan Luiten VAN ZANDEN, “Charting the ‘Rise of the West’: Manuscripts and Printed Books in Europe, a Long-Term Perspective from the Sixth through Eighteenth Centuries”: *The Journal of Economic History* 69, n.º 2 (Jun. 2009), pp. 409-445, pp. 423, 434.

¹³ Fraqueza ainda patente no século XVII se consideramos que, tendo em conta a proporção entre o número de edições e a população, a produção portuguesa

1.1.2. As importações

Numa perspetiva geral, a categoria do livro médico conta muito pouco no total da produção impressa (sempre menos de 1%). Portanto, as necessidades bibliográficas eram maciçamente cobertas pela circulação dos livros impressos fora do país. Não há estatísticas globais sobre os livros de medicina existentes nas bibliotecas generalistas portuguesas, como a Biblioteca Nacional de Portugal ou a Biblioteca Pública Municipal do Porto. As Bibliotecas das Faculdades de Medicina de Coimbra e do Porto publicaram um catálogo dos livros antigos, respetivamente, em 1985 (séculos XV a XVIII) e 1951 (séculos XV a XVII). Quanto aos exemplares impressos entre o século XV e o século XVII, a análise desses fundos bastante homogêneos confirma este dado como mostra a tabela seguinte:



devia rondar a centena; sobre este aspeto, ver H. BAUDRY, “Medical publishing in Portugal in the first half of the seventeenth century: a good business?”, in Alexander S. WILKINSON, Alejandra Ulla LORENZO (eds.), *A Maturing Market: the Iberian Book World in the First Half of the Seventeenth Century*. Leiden, Brill, 2017, pp. 225-240. Aceleração moderada que se confirma quando comparamos a evolução entre os períodos de 1501-1600 e 1601-1650 nesse setor (de 24 para 39 edições = 62,5%) com a produção geral (de 1537 para 3818 edições = 148,4%).

Em termos de percentagens, observa-se que no fundo português um pouco mais de 10% dos exemplares são impressos portugueses¹⁴, proporção que baixa para um pouco acima de 4% no caso de Coimbra¹⁵. Tendo em conta os números da produção espanhola para o período, assim como o mercado alimentado pelos principais outros países europeus (Alemanha, França, Holanda, Itália e Suíça), pode-se estimar em alguns pontos percentuais a circulação de livros autóctones em relação às quantidades importadas. Este aspeto característico do mercado português é refletido de maneira significativa pela difusão do livro químico, vetor de uma das maiores inovações médicas no Renascimento com a obra de Teofrasto Paracelso (1493-1541), sendo de relembrar a história da química moderna baseada na história da alquimia e das terapêuticas minerais. Nenhuma obra largamente dedicada a esse campo foi editada em Portugal antes da *Polyanthea medicinal. Noticias Galenicis, e Chymicas* (figura 1) de João Curvo Semedo, em 1697 (terá quatro reedições no século XVIII)¹⁶.

¹⁴ BIBLIOTECA DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO PORTO, *Catálogo das obras dos séculos XV-XVI-XVII*. Porto, 1951: total de 475 exemplares (menos 30 livros não médicos).

¹⁵ BIBLIOTECA DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, *Catálogos dos livros dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII existentes na Biblioteca Central da Faculdade de Medicina de Coimbra*. Coimbra, B.C.F.M.C., 1985: total de 266 exemplares (menos 5 livros não médicos).

¹⁶ Sobre as aparições pontuais e a contextualização do paracelsismo e da medicina química em Portugal no século XVII, ver H. BAUDRY, "Alchimie, distillation et paracelsisme au Portugal d'après les imprimés du XVII^e siècle": *Cronos*, Instituto de Estudios Documentales e Históricos sobre la Ciencia, 2/2, (1999), pp. 245-260; "The question of the early reception of Paracelsus and Paracelsianism in Portuguese medicine", in *Proceedings of the International Conference "Portuguese Physicians in the Early Modern Period"*, *The Warburg Institute, University of London (18-19/02/2011)*. London, The Warburg Institute (no prelo).

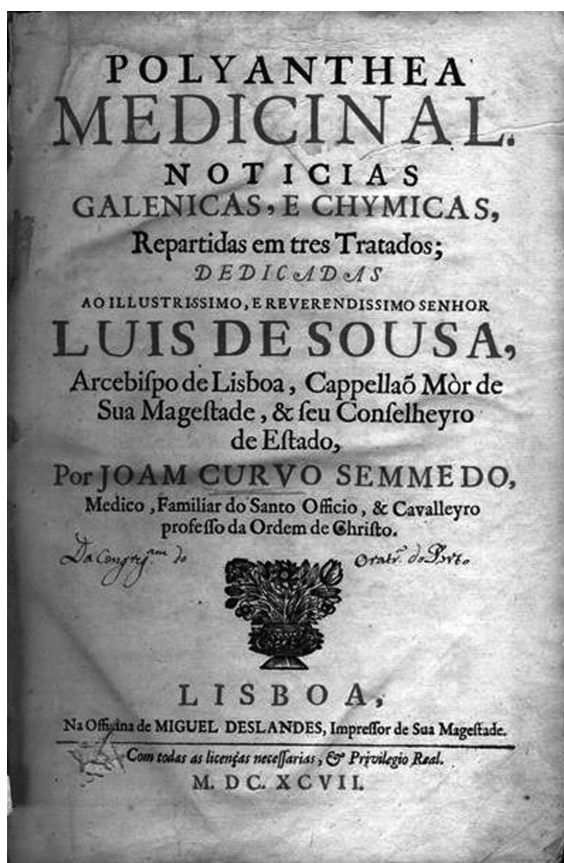


Figura 1 – João Curvo Semedo, *Polyanthea medicinal: noticias galenicæ, e chymicæ*. Lisboa, na offi[c]ina de Miguel Deslandes, 1697, in-fólio, rosto. BPMP, RES-XVII-B-197

Um inventário base¹⁷ desse tipo de livros efetuado em dez bibliotecas portuguesas possuindo exemplares de obras importadas

¹⁷ Os dados deste tipo devem sempre ser tomados com precaução uma vez que as bibliotecas são depósitos de obras que entraram no país em diversas épocas. Por exemplo, está provado que um dos exemplares das obras completas de Paracelso (Genebra, 1658) foi adquirido em 1759 pelo mosteiro de Santa Cruz (Coimbra), mas não se pode determinar se o *Labyrinthus errantium* do mesmo autor (Norimberga, 1553; exemplar da Faculdade de Medicina de Lisboa) entrou em Portugal antes do século XIX.

leva ao retrato seguinte (por número de títulos, havendo alguns com mais de um exemplar):

- obras medievais e do século XVI: 24;
- obras do século XVII: 101, das quais 76 impressas entre 1640 e 1700.

A ausência de produção genuína, como o carácter altamente compendioso do livro de Semedo, ilustra uma receção tardia dessa corrente, que se deve ter iniciado, embora de maneira muito tímida, na segunda metade do século XVII. São factos que refletem tanto a total dependência do mercado estrangeiro, até espanhol (com quatro títulos), como a inexistência de um “tecno-saber” de amplitude europeia, pelo menos no que toca à contribuição editorial. À partida, durante um longo período, os autores portugueses não produziram escritos nesse ramo que acabaram por ser tipografados. Só um estudo aturado sobre o século XVIII permitirá esclarecer como mudaram a procura e a oferta.

1.1.3. As exportações

Na falta de dados obtidos através dos arquivos comerciais das editoras, como fez Robert Darnton para o livro no Século das Luzes¹⁸, a questão da circulação dos impressos de medicina em Portugal pode ser abordada através dos inventários de fundos existentes. Trata-se de um mero indicador a manusear com as precauções previamente assinaladas.

¹⁸ Robert DARNTON, *L'Aventure de l'Encyclopédie. Un best-seller au siècle des Lumières*. Paris, Perrin, 1982.

A bibliografia do livro médico seiscentista português levou a localizar os exemplares existentes em três níveis: em Portugal (A), em Espanha (B), no resto do mundo (C). Chegou-se a um total de 577 exemplares, assim repartidos: A: 378; B: 70; C: 129. Dados que configuram a dimensão local (A = 65,6%) e peninsular (A+B = 77,7%) desse mercado. Os lugares de publicação confirmam a centralidade de Lisboa (73% do total da produção médica seiscentista), com Coimbra muito atrás (16,5%). Os dois terços dos exemplares localizados em bibliotecas espanholas são edições anteriores à Restauração de 1640. Aliás, os três primeiros títulos com mais exemplares localizados são obras escritas em castelhano, impressas em três cidades do país na primeira metade do século¹⁹.

Não podemos tratar aqui da questão da receção das obras médicas portuguesas fora da metrópole. Limitemo-nos a três casos significativos. O tratado *Novæ Philosophiæ et medicinæ de qualitatibus occultis* de Duarte Madeira Arrais (Lisboa, 1650) que, dadas as suas especulações sobre a vida longa, será parcialmente reproduzido em 1683 num tratado baconiano (Roger Bacon) em Londres²⁰.

Deve-se a um italiano, Carlo Antonio Paggi, o primeiro tradutor de *Os Lusíadas* na língua de Petrarca, um tratado que escapa quase totalmente ao universo da edição médica portuguesa comum: o *Enchiridion Medico-Astro-Chymicum*²¹ (figura 2), escrito em latim, reflete preocupações especulativas e práticas, misturando abordagens que relembram o sincretismo renascentista. Faltam estudos

¹⁹ Ambrósio NUNES, *Tractado repartido en cinco partes principales, que declaran el mal que significa este nombre Peste*. Coimbra, Diogo Gomes de Loureyro, 1601, in-4º; Oliva SABUCO, *Nueva Filosofia*. Braga, Frutuoso Lourenço de Basto, 1622, in-8º; Domingos Pereira BRACAMONTE, *Banquete que Apolo hizo a los Embaxadores del Rey de Portugal D. Joao IV*. Lisboa, Lourenço de Amberes, 1642, in-4º.

²⁰ BML, n.º 40.

²¹ Carlo Antonio PAGGI, *Enchiridion Medico-Astro-Chymicum*. Lisboa, António Craesbeeck, 1664, in-4º.



Figura 2 – Carlo Antonio Paggi, *Enchiridion medico-astro-chymicum*. Ulyssipone, ex proelo Antonij Craesbeeck a Mello, 1664, in-4°, rosto. BPMP, RES-XVII-A-264

sobre essa obra, que teve uma certa circulação em Portugal²², mas ficou à margem das histórias da medicina do país. Ao fim de dez anos de residência em Lisboa como embaixador da República de Génova, o autor deixou Portugal dois anos após essa publicação, tendo certamente levado nas suas malas exemplares da sua contribuição científica impressa por um Craesbeeck, a maior marca tipográfica do reino.

²² Nos 14 exemplares localizados, oito encontram-se em Portugal (BML, n.º 47).

Sinal da contribuição portuguesa para as doenças tropicais, o *Trattado unico das bexigas, e sarampo* de Simão Pinheiro Morão (Lisboa, 1683)²³ não escapou ao interesse dos historiadores. É dedicado à etiologia da febre amarela. O seu autor, que viveu no Brasil, publicou-o em Lisboa. A imprensa apenas havia de florescer no Brasil nos inícios do século XIX, não obstante a intervenção pontual de António Isidoro da Fonseca em meados do século XVIII²⁴.

2. Alguns reparos sobre as áreas do livro médico português

O que se edita no campo da medicina da primeira modernidade? Há uma certeza: nem todos os médicos, até os que foram publicados, veem os seus escritos dados à luz. Um número significativo ficou manuscrito²⁵, por razões sempre difíceis de determinar. Servir-nos-á aqui de bom exemplo o caso de Duarte Madeira Arrais. Médico de D. João IV, publicou três obras entre 1638 e 1650, uma reeditada duas vezes; além disso, conhecem-se dele cinco manuscritos inéditos, entre os quais um tratado de hipiatria²⁶ que, pela sua qualidade, deve ter circulado como “livro de mão”²⁷.

²³ *BML*, n.º 74.

²⁴ Sobre o primeiro livro impresso no Brasil, em 1747, por António Isidoro da Fonseca, veja-se neste volume o estudo de Pedro de AZEVEDO intitulado “O primeiro livro impresso no Brasil: censo e validação dos exemplares conhecidos – *a case study*”.

²⁵ *BML*, Manuscritos, n.º 1 a 50.

²⁶ *BML*, Manuscritos, n.º 12.

²⁷ Sobre o livro manuscrito na Península Ibérica, ver Fernando BOUZA-ÁLVAREZ, “Cultura escrita e história do livro. A circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII”: *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa* 9-10 (2001-2002), pp. 63-95; Manuel José PEDRAZA GRACIA, “Libros ‘de mano’ y libros ‘d’emprenta’ para la enseñanza de los saberes en el tránsito al Renacimiento”: *Anales de Documentación* 16/2 (2013); em linha: <http://dx.doi.org/10.6018/analesdoc.16.2.172341>.

A produção nacional torna manifestas:

- a inexistência de edições humanistas (textos dos clássicos greco-romanos, com apuramento textual e comentários);
- a quase inexistência de obras com ilustrações intratextuais, geralmente frequentes nos campos da anatomia, cirurgia e matéria médica, como, por exemplo, nas edições de Vesálio, Pará ou Laguna (tradutor de Dioscórides) – autores de que as bibliotecas portuguesas possuem exemplares. O tratado de Garcia de Orta (incluído na bibliografia apesar de ter sido impresso em Goa) não contém ilustrações, ao contrário do que se verificará com os seus seguidores Clusius (Charles de l'Écluse) e Cristóvão Acosta.

Também se deve salientar a forte proporção das obras reeditadas, que contemplam 50 dos 119 itens²⁸ catalogados de 1496 a 1700 (42%). Esta média esconde um certo *boom* nas práticas de reedição na segunda metade do século XVII, sendo a média entre 1496 e 1650 de 35,5% (21 itens num total de 62) para subir até perto de 51% de 1651 a 1700 (29 itens num total de 57).

No período em questão contam-se 50 autores (mais um anónimo), 12 dos quais são editados de duas a oito vezes (ver o Anexo II). A *Recopilação* de António da Cruz, editada pela primeira vez em 1601 terá sete reedições até 1688, e ainda uma em 1711. O título indica claramente o seu estatuto de manual de cirurgia, isto é, de medicina prática, através da qual nem sempre a formação dos praticantes era aprofundada. A maioria das obras que entram nessa classe são de medicina prática e, às vezes, popular: o *Desengano* do alemão Gabriel Grisley (figura 3) e a *Pratica* de Manuel Leitão (quatro edições); a *Luz de Francisco Morato* Roma (cinco edições);

²⁸ Dois itens não são datados.

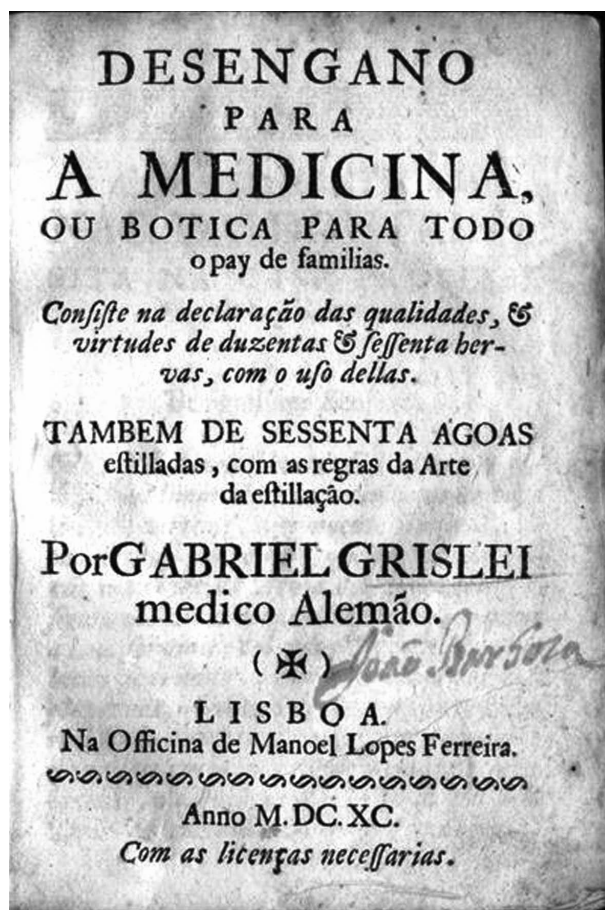


Figura 3 – Gabriel Grisley, *Desengano para a Medicina, ou, Botica para todo o pay de familias*. Lisboa, na officina de Manoel Lopes Ferreira, 1690, in-8º, rosto.
BPMP, RES-XVII-a-232

o *Compendio* de Gonçalo Cabreira (seis edições) (figura 4). Todos são textos em vernáculo, que se tornou, no século XVII, a língua dominante desse setor editorial. O mercado interno, o primeiro visado pela maioria dos editores, é constituído pelo pessoal mais ou menos qualificado encarregado da higiene e saúde públicas. Uma boa parte dos livros médicos são antes de tudo manuais e

foram utilizados na rede hospitalar e nas comunidades como os conventos e os colégios²⁹.

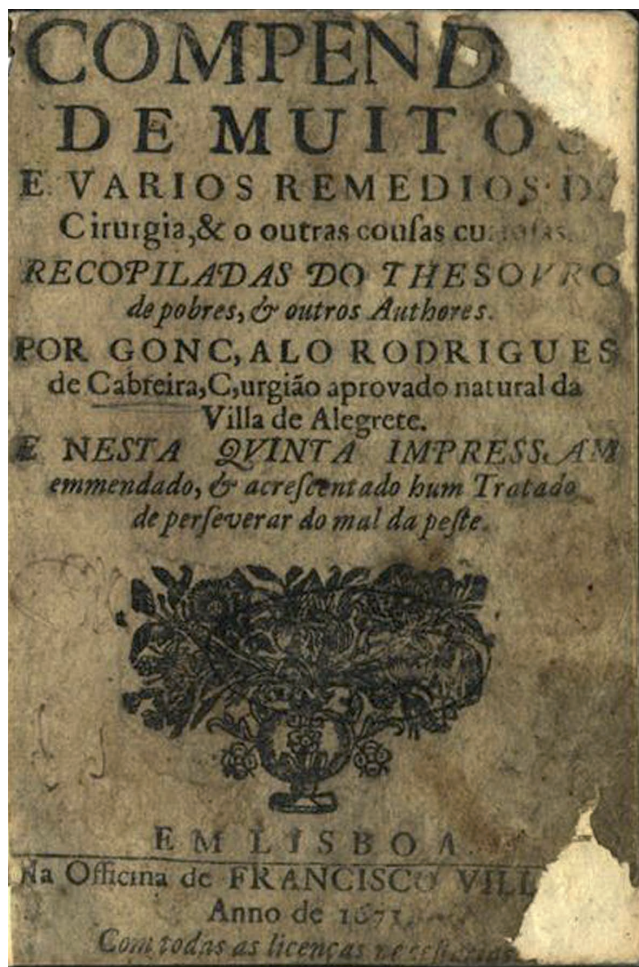


Figura 4 – Gonçalo Rodrigues de Cabreira, *Compendio de muitos e varios remedios de Cirurgia & outras cousas curiosas: recopiladas do Thesouro de pobres & outros authores*. Lisboa, Francisco Villela, 1671, in-8°, rosto. BPMP, RES-XVII-a-234

²⁹ 62 estabelecimentos fora de Lisboa em 1639 (ver o mapa em Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal (1580-1640)*. Lisboa, Verbo, 1979, p. 407).

Ao invés, as edições latinas tendem a pertencer à categoria da medicina teórica e da tradição humanista do comentário, um facto patente na bibliografia das obras quinhentistas (António Luís, Tomás Rodrigues de Veiga ou, no limiar do século XVII, Ambrósio Nunes).

3. O livro médico e a censura inquisitorial

3.1. Homens para lá, livros para cá

O estabelecimento da Inquisição em Portugal, em 1536, vem no seguimento de uma instituição jurídico-religiosa análoga no reino vizinho, em 1478³⁰. Desde então, pode considerar-se que toda a Península Ibérica tem vocação para se tornar uma fortaleza³¹, em que a entrada do livro estrangeiro fica fortemente condicionada. Tal verifica-se sobretudo após a aprovação e a difusão das regras tridentinas nos países católicos, divulgadas no *Index librorum prohibitorum* de 1564³² e aprofundadas nos

³⁰ Ver Giuseppe MARCOCCI, José P. PAIVA, *História da Inquisição Portuguesa*. Lisboa, Esfera dos Livros, 2013; Francisco BETHENCOURT, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa, Temas e Debates, 1996.

³¹ O ideal da fronteira é a sua impermeabilidade. Não se debate aqui a questão da eficácia da censura (ver Laura BECK VARELA, “¿El censor ineficaz? Una lectura histórico-jurídica del índice de libros prohibidos”: *RJUAM* 31/1 (2015), pp. 71-89).

³² Edição portuguesa feita a mando do cardeal D. Henrique (Lisboa, Francisco Correa, 1564, in-4º). Sobre a história dos índices portugueses do século XVI, ver J. M. DE BUJANDA, “L'exercice de la censure de l'Inquisition portugaise au XVI^e siècle”, in J. M. De Bujanda (ed.), *Le Contrôle des idées à la Renaissance*. Genève, Droz, 1996, pp. 153-171; J. M. DE BUJANDA (ed.), *Index de l'inquisition portugaise: 1547, 1551, 1561, 1564, 1581*. Sherbrooke, Éd. de l'Université de Sherbrooke; Droz, 1995; Artur Moreira de SÁ, *Índices de livros proibidos em Portugal no século XVI*. Lisboa, INIC, 1983; Raúl RÊGO, *Os Índices expurgatórios e a cultura portuguesa*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982; José S. da Silva DIAS, *A Política cultural da época de D. João III*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1969, vol. 1, t. 2, pp. 892-997; José S. da Silva DIAS, *O Primeiro Rol de Livros Proibidos*. Coimbra,

catálogos ulteriores, sejam eles romanos ou ibéricos. O regime inquisitorial peninsular não tem por única consequência um sistema de controlo sem par no Ocidente cristão quanto ao meio de expressão inventado no século XV. É antes de tudo um meio de disciplinarização dos indivíduos ao serviço da ortodoxia católica que, desse ponto de vista, provoca a conversão ou o exílio, sendo a maioria dos exilados de origem judaica. Sendo um autor o primeiro agente do mercado do livro, observa-se ao longo do nosso período o fenómeno a que hoje chamamos de fuga de cérebros. Portanto, a história do livro em Portugal engloba tanto aqueles que saíram do país como os que viveram toda a sua vida em Portugal.

Vários médicos portugueses da diáspora³³ dos séculos XVI e XVII editaram livros que tiveram mais ou menos receção em Portugal e dos quais ainda hoje se encontram exemplares nas bibliotecas. Os mais lidos foram Estêvão Rodrigues de Castro, Rodrigo de Castro, Amato Lusitano, Zacuto Lusitano, Filipe/Elias Montalto e Francisco Sanches. Para dois deles, Amato e Zacuto, o retorno sob forma de livro foi alvo de um controlo inquisitorial. Era de dois tipos: a proibição total das obras de um autor, com interdição de a vender, possuir e ler (macrocensura); a proibição até a obra ser expurgada, isto é, os conteúdos considerados censuráveis suprimidos dentro do impresso (microcensura³⁴). O instrumento produzido e utilizado para efetuar esses controlos

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1963; Israel S. RÉVAH, *La Censure inquisitoriale portugaise au XVI^e siècle*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1960.

³³ Lista de autores portugueses publicados em Espanha no século XVI in Lorenzo R. FIDALGO, “Presencia de autores portugueses en la imprenta española en el siglo XVI”: *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa* 9-10 (2001-2002), pp. 245-264.

³⁴ Sobre a metodologia da análise microcensória, ver H. BAUDRY, “A censura dos livros de médicos portugueses. Descrição metodológica dos exemplares conservados nas bibliotecas da Universidade de Coimbra”: *Cultura* 30 (2012), pp. 275-288; em linha <<https://run.unl.pt/handle/10362/19507>>.

era um livro impresso geralmente intitulado *Index*, que consistia na catalogação dos nomes de autores totalmente proibidos, ditos da primeira classe, e, no caso da microcensura, a indicação precisa das passagens das obras por suprimir, desde palavras até capítulos, com efeitos, às vezes, sobre as reedições. As suas obras foram alvo das primeiras instruções microcensórias pelo menos desde 1581³⁵; quanto ao segundo, também para expurgar, só em 1707 aparece no *Index* espanhol, sendo assim uma questão setecentista. Cerca de três quartos dos 64 exemplares das *Centúrias*, o trabalho maior de Amato, existentes nas bibliotecas portuguesas, foram submetidos à microcensura em diversas épocas dos séculos XVI e XVI³⁶.

3.2. A microcensura dos livros médicos impressos em Portugal

Nenhum médico português foi alvo de proibição total, a qual incidia em primeiro lugar sobre hereges, isto é, em regra geral, protestantes.

São três os autores cuja obra impressa em Portugal passou pela microcensura: dois portugueses, Gonçalo Cabreira e Gaspar Cardoso de Sequeira, e uma espanhola, Oliva Sabuco. Todos entraram pela primeira vez no *Index* português de 1624³⁷ e viram as instruções microcensórias reproduzidas nos seguintes índices publicados em Espanha (1632, 1640, etc.). Os conteúdos visados são de teor teológico (Sabuco), astrológico (Sequeira) ou consistem em remédios considerados supersticiosos (Cabreira, antologista e tradutor de

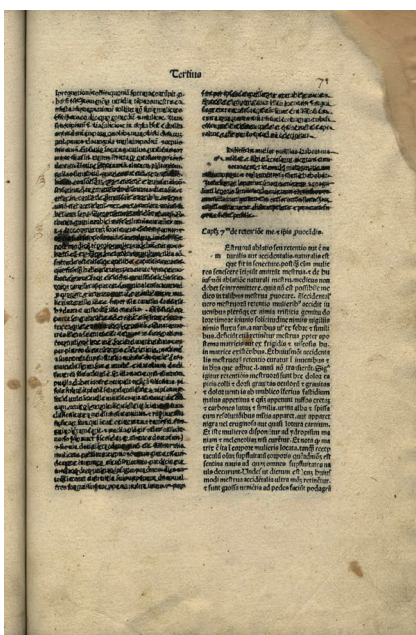
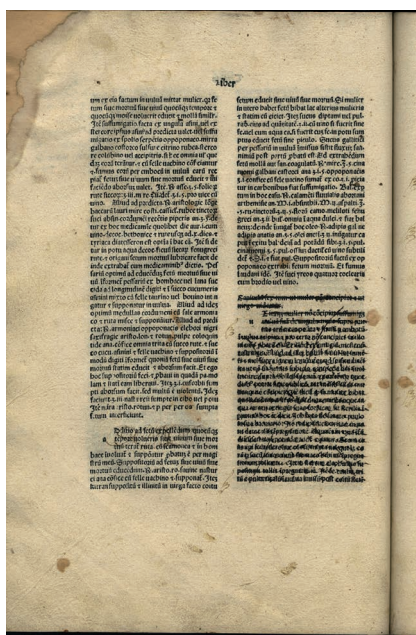
³⁵ H. BAUDRY, *Livro médico...*, op. cit., 5.2.1.

³⁶ H. BAUDRY, *Livro médico...*, op. cit., 3.3.3. Ver, por exemplo, a edição veneziana de 1557 das quatro primeiras *Centúrias* (exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal, em linha <purl.pt/26772>).

³⁷ *Index Auctorum damnatae memoriae*. Ulyssiponæ, ex off. Petri Craesbeck, 1624, in-fol., p. 595 (Sequeira), p. 916 (Sabuco), p. 1028 (Cabreira).

trechos dum tratado medieval de medicina popular, o *Thesaurum Pauperum* de Pedro Hispano).

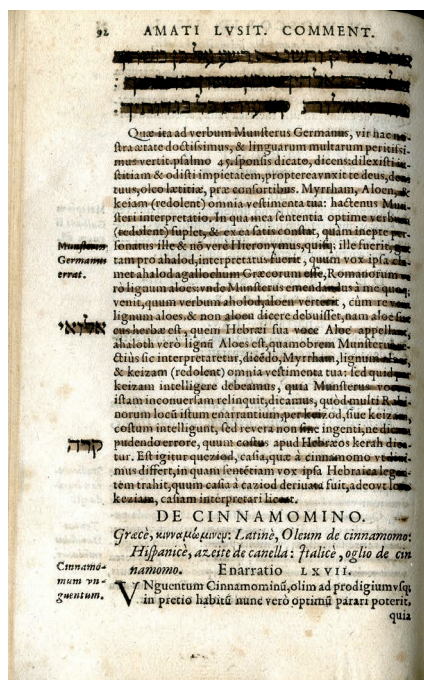
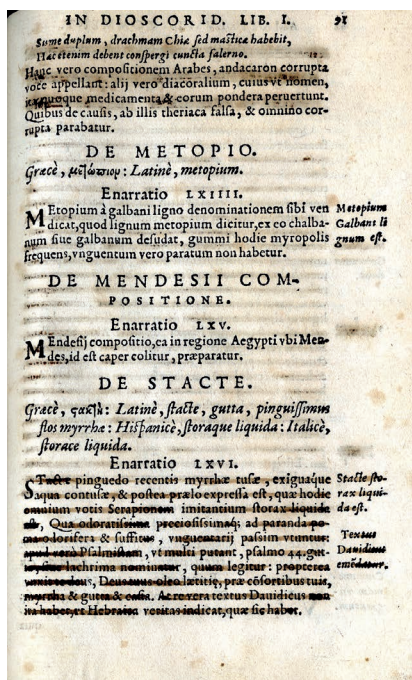
Pelo contrário, entre os livros importados encontram-se obras submetidas à microcensura. Os fundos das bibliotecas portuguesas possuem exemplares em quantidades variadas de outros 36 autores, metade dos quais eram hereges (autores da primeira classe) mas de quem algumas obras, uma vez limpas, podiam circular como as outras por apresentarem conteúdos úteis. Entre elas fi-



Figuras 5 e 6 – Arnaldo de Villanova, *Breviarium practicae medicinae*. [Pavia, Antonius de Carcano, ca 1485], in-2º, fl. 70v-71r. BGUC, RB-21-7.

guras, por exemplo, exemplares de obras de autores medievais, como Arnaldo de Villanova (figuras 5 e 6) ou Pietro d'Abano, e modernos, como Paracelso, já citado aqui, Andrés Laguna ou Jean-Jacques Wecker. Nem todos os exemplares existentes apresentam indícios de microcensura de maneira tão maciça

como o português Amato Lusitano (figuras 7 e 8) ou o espanhol Andrés Laguna. Conforme a base dos dados obtidos através das investigações conduzidas nesses fundos, num universo de 190 exemplares³⁸, a média dos censurados é de 23%, ou seja, cerca de um quarto das obras impressas do século XV ao XVII ainda existentes hoje. Há grandes variações entre a microcensura nos Lagunas (mais de metade dos exemplares) e a de Wecker (um dos 11 exemplares)³⁹.



Figuras 7 e 8 – Amato Lusitano, *In Dioscoridis Anazarbei De medica materia libros quinque*. Lugduni, apud Theobaldum Paganum, 1558, in-8º, pp. 91-92. BGUC, R-40-15

³⁸ Num total de 304, dos quais são subtraídos os 114 exemplares dos autores já mencionados (Amato, Cabreira, Cardoso e Sabuco).

³⁹ Sobre a análise caso a caso, ver H. BAUDRY, *Livro médico...*, op. cit., “Análise de dados”, 3.3.

4. Reparos em forma de conclusão

O mercado do livro português inclui agentes de produção, autor e tipógrafo, de difusão e de consumo. Em todas as etapas da cadeia se deve também inserir a presença do agente de controlo, como se mostra na figura 1 (Anexo III). Combina o triângulo de Hirsch⁴⁰, que relaciona os agentes produtores (autor e impressor) e o consumidor (leitor), com o círculo do controlo, que vai da (possível) autocensura do autor às etapas da censura prévia e repressiva. O esquema tipifica situações diversas. Por exemplo, a obra de Juan Huarte de San Juan, com exemplares censurados em Portugal, foi alvo de um controlo enquanto o autor era vivo, o que levou a uma reedição expurgada: os percursos triangular e circular foram consumidos e começou uma segunda volta; as obras completas de Amato, decénios após a sua morte, foram submetidas a vagas de microcensura, pelo que os exemplares impressos circularam com intervenções manuscritas visando suprimir ou corrigir as passagens assinaladas nos Índices, sendo reeditadas no século XVII, em Bordéus e em Barcelona, já “emendadas”. Nesta segunda volta do livro, o consumidor usa, portanto, um produto modificado por mutilações efetuadas durante a primeira fase de *postpress*. Uma outra situação, não abordada aqui, é a proibição total do livro, que se dá nessa mesma fase, uma vez que um livro circulou, ou tentou entrar, no país sob vigilância inquisitorial. As apreensões podem ser realizadas na fronteira, durante as visitas às naus, ou já dentro do país, em livrarias, bibliotecas, etc. A circulação triangular é parada e o círculo está partido.

É preciso lembrar que os livros não eram sistematicamente destruídos; muitos ficaram de lado, em zonas vigiadas e de acesso restrito segundo procedimentos eclesiásticos. Daí a presença nas

⁴⁰ Rudolf HIRSCH, *Printing, Selling and Reading: 1450-1550*. Wiesbaden, Harrassowitz, 1967, p. 9.

bibliotecas do século XXI de exemplares às vezes em bom estado e virgens, isto é, sem indícios de qualquer intervenção manuscrita, mas de que, por princípio, é ousado inferir terem sido lidos, apesar da sua proibição.

O livro médico constitui uma ínfima parte da produção editorial local. A elevada taxa de reedições assim como a vertente prática são os aspetos mais salientes do setor. Uma interrogação fica pendente: quais teriam sido os seus contornos sem a presença, em todas as fases da cadeia editorial, do controlo inquisitorial? E com a presença dos médicos, cuja receção fora da Península reflete a importância da sua contribuição? Perguntar isto não significa que se esteja à espera de uma resposta mas que é preciso insistir sobre a relação, para uma história do livro, entre um destino individual e o objeto entregue à nossa análise; significa também que convém reavaliar as afirmações que tendem a minimizar a importância e os efeitos desse controlo⁴¹.

⁴¹ Júlio M. R. COSTA, “Arte Médica: breve olhar sobre alguns impressos quinhentistas e seiscentistas da BPMP”, in António ANDRADE, João TORRÃO, Jorge COSTA e Júlio COSTA (eds.), *Humanismo, Diáspora e Ciência (séculos XVI e XVII): estudos, catálogo e exposição*. Porto, Universidade de Aveiro-Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2013, p. 267; Patricia MANNING, *Voicing dissent in seventeenth-century Spain: Inquisition, social criticism and theology in the case of El Criticón*. Leiden-Boston, Brill, 2009, p. 73; Henrique LEITÃO, Lígia MARTINS, *O Livro Científico dos Séculos XV e XVI. Ciências Físico-Matemáticas na Biblioteca Nacional*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2004, pp. 49-50; Isilda T. RODRIGUES, *Amato Lusitano e as perturbações sexuais*. Vila Real, UTAD, 2005, p. 190; Derek JONES (ed.), *Censorship: a world encyclopedia*. London, Fitzroy Dearborn, 2001, vol. 2, p. 1152; Rita MARQUILHAS, “Sobre a censura inquisitorial portuguesa no século XVII”, in M. ABREU (org.), *Leitura, História e História da Leitura*. São Paulo, Mercado de Letras, 2000, pp. 365, 372; Mario INFELISE, “La censure dans les pays méditerranéens, 1600-1750”, in Hans BOTS, Françoise WAQUET (ed.), *Commercium litterarium. 1600-1750*. Paris, Belin-De Boeck, 1997, p. 277; Manuela D. DOMINGOS, “Visitas do Santo Ofício às naus estrangeiras: Regimentos e quotidianos”: *Revista da Biblioteca Nacional* 8/1, 1993, pp. 193-194.

ANEXO I

Bibliografia das obras médicas impressas em Portugal nos séculos XV e XVI

1496	Johannes Jacobi, <i>Regimento proveytoso contra ha pestenença</i> , trad. Luís de Rás, Lisboa, Valentim Fernandes, [1496], in-4° (reed. Lisboa, s.n., 1961; Porto, Civilização, 1962).
1497	António Martins, <i>Materiae a baculo caecorum breuiter collectae</i> , Lisboa, Valentim Fernandes, in-2°; ou: Petrus Rombus, <i>Materiarum a baculo caecorum breuiter collectae</i> , Lisboa, Valentim Fernandes, in-2°.
1498	<i>Regimento proveytoso contra ha pestenenca</i> , Lisboa, s.n., 1498, in-8° ⁴² .
1513	Pedro Rombo, <i>Materiarum a baculo caecorum breuiter collectae</i> , Lisboa, João Pedro de Cremona, in-2°.
1530	Dionísio [Brudo], <i>Dialogus circa quasdam questiones in medicina</i> , Lisboa, Germão Galharde ⁴³ , in-4°.
1530	<i>Modus curandi cum balsamo atque applicatio et eius quibus sic fracturis et cicatricibus vulneribusque facile sublevandis</i> , [Lisboa], Germão Galharde, in-4° ⁴⁴ .
1540	António Luís ⁴⁵ , <i>Problematum libri quinque opus absolutum et facundum et varium, multilingaque eruditione refertissimum</i> , Lisboa, Luís Rodrigues, 1539 [=1540], in-2°.
1540	António Luís, <i>De occultis proprietatibus libri quinque</i> , Lisboa, [Luís Rodrigues], 1540, in-2°.
1540	António Luís, <i>De re medica opera quae hic sequuntur. Erotematum sive commentariorum in libros de crisibus Galeni libri tres. Erotematum numeri ternarii libri sex quibus tota ferae ars medica continetur. Erotemata de difficili spiratione. Erotematum de usu respirationis liber alius. De corde liber unus absolutissimus in quo tum Aristotelis quam plurimi errores explicantur, tum vero plurimus questiones enodantur</i> , Lisboa, apud Luís Rodrigues, 1540, in-2°.

⁴² O único exemplar localizado pertence à Biblioteca Real de Copenhaga, erradamente atribuído a Kanutus (Benedict Knudsen, bispo de Aarhus), autor de um *Regimen contra pestilentiam sive Epidemiam Reverendissimi domini Kamiti*, que conheceu várias edições no século XV.

⁴³ Sobre este tratado, ver António Manuel Lopes ANDRADE, “Ciência, religião e livros na Europa de Quinhentos: a controvérsia da sangria entre Pierre Brissot e Dionísio Brudo”: *Cadernos de Estudos Sefarditas* 14 (2015), pp. 85-152.

⁴⁴ Edição fac-similada: Lisboa, Imprensa Nacional, 1988.

⁴⁵ Sobre este autor, ver António Guimarães PINTO, *Apostilas a António Luís*. Lisboa; Aveiro, Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste” da Universidade de Lisboa; Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, 2013. Contém uma tradução do tratado *De pudore*, publicado no tratado seguinte.

1543	Enrique de Cuellar, <i>Ad libros tres predictionum Hippocr[at]is, commento etiam Gal[eni], aposito et exposito</i> , Coimbra, João Álvares e João de Barreira, 1543, in-2°.
1557	Manuel Nunes, <i>Libellus de tactus instrumento in quo multa adversus philosophos & medicos disseruntur</i> , [Lisboa], João Blávio, 1557, in-8°.
1559	Alonso Rodríguez de Guevara, <i>In pluribus ex iis quibus Galenus impugnatur ab Andrea Vesalio Bruxelesi in constructione et usu partium corporis humani, defensio. Et nonnullorum quae in anatome deficere videbantur supplementum</i> , Coimbra, apud João de Barreira, 1559, in-8°.
1560	Andrés Laguna, <i>Methodus cognoscendi, extirpandique excrescentes in vesicae collo carunculas</i> , Lisboa, Francisco Grapheo, 1560, in-8° (1 ^a Roma, 1550).
1562	<i>Dialogo da perfeçam & partes que sam necessarias ao bom medico</i> , Lisboa, João Álvares, 1562, in-4°.
1563	Garcia de Orta, <i>Coloquios dos simples, e drogas</i> , Goa, João de Endem, 1563, in-4°.
1569	Tomás Álvares e García Salzedo, <i>Recopilaçam das cousas que convem guardar-se no modo de preservar a cidade de Lixboa</i> , Lisboa, Francisco Correia, 1569, in-4° ⁴⁶ .
1578	Tomás Rodrigues da Veiga, <i>Commentarii in libros Claud. Galeni duos, de februm differentiis</i> , Coimbra, apud João de Barreira, 1578, in-4°.
1580	Tomás Álvares e García Salzedo, <i>Recopilaçam das cousas que convem guardar-se no modo de preservar a cidade de Lixboa</i> , Lisboa, Marcos Borges, 1580, in-4°.
1582	Tomás Rodrigues da Veiga, <i>In libros Claudii Galeni de februm differentiis commentarii</i> , Coimbra, João de Barreira, 1582, in-4°.
1582	Jorge de Sá Sotomaior, <i>Conclusiones medicae</i> , Coimbra, s.n., 1582, in-12°.
1589	Manuel Nunes, <i>De tactu, et tactus organo, liber unus</i> , Lisboa, Manuel de Lira, [1589], in-8°.
1598	Tomás Álvares e García Salzedo, <i>Recopilaçam das cousas que convem guardar-se no modo de preservar a cidade de Lixboa</i> , Lisboa, vendemse [...] em casa de Sebastião Carvalho, 1598, in-4° ⁴⁷ .

⁴⁶ A *Biblioteca Lusitana* de BARBOSA MACHADO (III, p. 739) dá uma impressão coimbrã, por António de Mariz, no mesmo ano (J. ANSELMO, op. cit., n.º 853) com um título diferente: *Tratado, ou Regimento para preservar da peste*. Nenhum exemplar localizado.

⁴⁷ Cópia digitalizada da Biblioteca da Faculdade de Medicina de Lisboa (RES 2187/3).

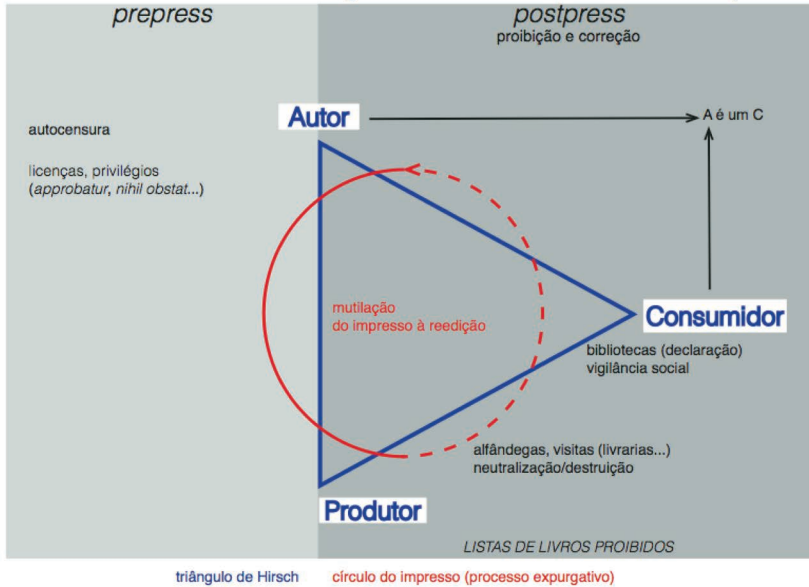
ANEXO II

Obras médicas mais reeditadas no séc. XVII

AUTOR	TÍTULO	Ano da 1. ^a edição	N.º de reedições	→ = Reed. no séc. XVIII
Gaspar Cardoso de Sequeira	<i>Tesouro de Prudentes</i>	1612	8	→
António da Cruz	<i>Recopilação de cirurgia</i>	1601	7	→
Gonçalo Cabreira	<i>Compendio de muitos e varios remedios de cirurgia, e outras cousas curiosas. Recopilados do Thesouro de Pobres, e outros Autores</i>	1611	5	
Francisco Morato Roma	<i>Luz da Medicina. Pratica racional, e methodica, Guia de Infermeiros, directorio de principiantes</i>	1664	4	
Manuel Leitão	<i>Pratica de Barbeiros, em quatro tratados</i>	1667	4	→
Gabriel Grisley	<i>Desenganos para a medicina, ou botica para todo pay de familias</i>	1656	3	→
Duarte Madeira Arrais	<i>Methodo de conhecer e curar o morbo gallico</i>	1642	2	→
Manuel de Azevedo	<i>Correcção de abusos introduzidos contra o verdadeiro methodo da medicina</i>	1668	2	→
António Ferreira	<i>Luz verdadeyra e recopilado exame de toda a cirurgia</i>	1670	2	→

ANEXO III

Controlo dos livros. O triângulo de Hirsch e o círculo da imprensa



Referências bibliográficas

- ANDRADE, António Manuel Lopes, "Ciência, religião e livros na Europa de Quinhentos: a controvérsia da sangria entre Pierre Brissot e Dionísio Brudo": *Cadernos de Estudos Sefarditas* 14 (2015), pp. 85-152.
- ANSELMO, Artur, *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.
- ANSELMO, António Joaquim, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926.
- AROUCA, João, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVII*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001-2011, 4 vol.
- BARBOSA MACHADO, Diogo, *Biblioteca Lusitana*. Lisboa, Ignacio Rodrigues, 1747.
- BAUDRY, Hervé, *Livro Médico e Censura na Primeira Modernidade em Portugal*. Lisboa, CHAM Publicações, 2017.
- BAUDRY, Hervé, "Medical publishing in Portugal in the first half of the seventeenth century: a good business?", in Alexander S. WILKINSON, Alejandra Ulla LORENZO (eds.), *A Maturing Market: the Iberian Book World in the First Half of the Seventeenth Century*. Leiden, Brill, 2017, pp. 225-240.

- BAUDRY, Hervé, “Alchimie, distillation et paracelsisme au Portugal d’après les imprimés du XVII^e siècle”: *Cronos*, Instituto de Estudios Documentales e Históricos sobre la Ciencia, 2/2, (1999), pp. 245-260.
- BAUDRY, Hervé, “A censura dos livros de médicos portugueses. Descrição metodológica dos exemplares conservados nas bibliotecas da Universidade de Coimbra”: *Cultura* 30 (2012), pp. 275-288; em linha <<https://run.unl.pt/handle/10362/19507>>.
- BECK VARELA, Laura, “¿El censor ineficaz? Una lectura histórico-jurídica del índice de libros prohibidos”: *RJUAM* 31/1 (2015), pp. 71-89.
- BETHENCOURT, Francisco, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa, Temas e Debates, 1996.
- BIBLIOTECA DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO PORTO, *Catálogo das obras dos séculos XV-XVI-XVII*. Porto, 1951.
- BIBLIOTECA DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, *Catálogos dos livros dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII existentes na Biblioteca Central da Faculdade de Medicina de Coimbra*. Coimbra, B.C.F.M.C., 1985.
- BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, “Cultura escrita e história do livro. A circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII”: *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa* 9-10 (2001-2002), pp. 63-95.
- BURINGH, Eltjo; VAN ZANDEN, Jan Luiten, “Charting the ‘Rise of the West’: Manuscripts and Printed Books in Europe, a Long-Term Perspective from the Sixth through Eighteenth Centuries”: *The Journal of Economic History* 69, n.º 2 (Jun. 2009), pp. 409-445.
- DARNTON, Robert, *L’Aventure de l’Encyclopédie. Un best-seller au siècle des Lumières*. Paris, Perrin, 1982.
- DE BUJANDA, J. M. (ed.), *Index de l’inquisition portugaise: 1547, 1551, 1561, 1564, 1581*. Sherbrooke (Canadá): Éd. de l’Université de Sherbrooke; Droz, 1995.
- DE BUJANDA, J. M., “L’exercice de la censure de l’Inquisition portugaise au XVI^e siècle”, in J. M. De Bujanda (éd.), *Le Contrôle des idées à la Renaissance*. Genève, Droz, 1996, pp. 153-171.
- DIAS, José S. da Silva, *O Primeiro Rol de Livros Proibidos*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1963.
- DIAS, José S. da Silva, *A Política cultural da época de D. João III*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1969, vol. 1, t. 2, pp. 892-997.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean, *L’apparition du livre*. Paris, Albin Michel, 1971.
- FREIRE DA SILVA, Marinalva, *Edición Crítica Del Régimento Proueytoso contra ha pesteña (¿1496- 1500?)*. Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2002; em linha <eprints.ucm.es/4313/1/T17068.pdf>.
- HIRSCH, Rudolf, *Printing, Selling and Reading: 1450-1550*. Wiesbaden, Harrassowitz, 1967.
- Index Auctorum damnatæ memoriæ*. Ulyssiponæ, ex off. Petri Craesbeck, 1624, in-fol. *Iberian Books*; em linha <<http://iberian.ucd.ie>>.
- LÓPEZ PIÑERO, José M. *et alii*, *Bibliographia Medica Hispanica, 1475-1950*. Vol. I, 1475-1600, Valencia, Universidad de Valencia, 1987; Vol. II, 1601-1700, Valencia, Universidad de Valencia, 1989.

- MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José P., *História da Inquisição Portuguesa*. Lisboa, Esfera dos Livros, 2013.
- RÊGO, Raúl, *Os Índices expurgatórios e a cultura portuguesa*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.
- RÉVAH, Israel S., *La censure inquisitoriale portugaise au XVI^e siècle*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1960.
- SÁ, Artur Moreira de, *Índices de livros proibidos em Portugal no século XVI*. Lisboa, INIC, 1983.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal (1580-1640)*. Lisboa, Verbo, 1979.
- Universal Short Title Catalogue* (USTC); em linha < <http://www.ustc.ac.uk>>.
- WILKINSON, Alexander S., *Iberian Books: Books Published in Spanish or Portuguese or on the Iberian Peninsula Before 1601*. Leiden, Brill, 2010.